

Subeixo 1
O Lugar da Vigilância em Saúde no SUS

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
1. Vigilância em Saúde deve oferecer o matriciamento, com ênfase na educação permanente em saúde, fortalecendo a atenção primária como ordenadora da Rede.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
2. Revisão dos processos de trabalho em Vigilância Sanitária, visando: desmistificar o papel da VISA na sociedade; amparando legalmente o fiscal para atuação e incluindo os conselhos de saúde nesse apoio.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
3. Efetivação da Política Estadual de Redes de Atenção à Saúde.	01		Estadual	Aprovada
4. Implantação de um CEREST no Planalto Norte e outro na região de Jaraguá do Sul, promovendo as ações em saúde do trabalhador, fortalecendo e qualificando a fiscalização.	01		Estadual	Aprovada
5. Ampliar e garantir a atuação do CEREST com ações de matriciamento para além da notificação, informando os fiscais da VISA sobre itens a serem avaliados no quesito Saúde do Trabalhador.	03		Estadual	Aprovada
6. Estimular e fortalecer a notificação de doenças por meio de ação conjunta com os profissionais da rede de atenção primária (médicos e enfermeiros), para efetivar ações preventivas.	03		Nacional	Aprovada
7. Sensibilizar, capacitar e integrar os profissionais da rede de atenção primária, para participarem de ações de vigilância em saúde, como: notificações, investigações, campanhas educativas sobre agravos,	03		Nacional	Aprovada

com foco nas áreas de maior abrangência (dados epidemiológicos) de cada município.				
8. Melhorar a integração da Vigilância em Saúde com toda a rede de saúde por meio do uso de tecnologias e juntamente com a interação intersetorial para coleta de dados, diagnóstico e intervenção.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
9. Desfragmentar os diversos segmentos de Vigilância em Saúde existentes, procurando unificar ações por meio de educação permanente em saúde.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
10. Instituir grupos laborais que atuem em ações coletivas de prevenção e promoção da saúde.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
11. Criar legislações específicas de competência da saúde para atuações de fiscais de Vigilância Sanitária nos ambientes de trabalho.	04		Nacional Estadual	Aprovada
12. Criar linhas de cuidados de forma padronizada no estado e sensibilizar gestores e profissionais da vigilância em saúde dos desafios contemporâneos incentivando novas práticas e busca de soluções.	02		Estadual Municipal	Aprovada

Subeixo 2
Responsabilidades do Estado e dos Governos com a Vigilância em Saúde

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
13. Aprimorar e otimizar o planejamento local de saúde para ampliar a abrangência das informações coletadas pelas equipes de saúde com acréscimo de dados ambientais.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
14. Organizar e efetivar as câmaras técnicas de vigilância em saúde para propiciar e facilitar a troca de informações entre os trabalhadores, produzindo protocolos e roteiros, visando à uniformidade do trabalho.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
15. Estruturar o quadro de profissionais de acordo com as necessidades de saúde da comunidade (obrigatoriedade de uma equipe mínima de 02 fiscais para atuar em Vigilância Sanitária nos municípios com até 10.000 habitantes e acréscimo de 01 fiscal para cada 110.000 habitantes para os municípios maiores).	01	Estruturar o quadro de profissionais de acordo com as necessidades de saúde da comunidade (obrigatoriedade de uma equipe mínima de 02 fiscais para atuar em Vigilância Sanitária nos municípios com até 10.000 habitantes e acréscimo de 01 fiscal para cada 10.000 habitantes para os municípios maiores).	Estadual Municipal	Aprovada com correção
16. Realizar atividades de vigilância em saúde iniciando nos próprios serviços públicos de forma Inter setorial e em rede.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

17. Regular e estruturar equipe técnica mínima que compõem a vigilância em saúde nos entes federativos em todas as esferas, e atuação de forma integrada, intersetorialmente e regionalizada.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
18. Definir um número mínimo de técnicos para compor cada serviço de Vigilância (Epidemiológica, Sanitária, Saúde do trabalhador, Ambiental) de forma a se habilitar para recebimento de recursos e garantir a efetividade dos serviços.	03		Nacional	Aprovada
19. Incluir na grade curricular da educação (do ensino fundamental ao superior), a área de vigilância em saúde visando à promoção e a prevenção de forma integrada e sustentável.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
20. Analisar os indicadores de saúde e construir juntos com controle social, gestão e comunidade as ações de vigilância em saúde a fim de conscientizar, valorizar e fortalecer a corresponsabilidade.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
21. Criar câmaras técnicas regionais de vigilância em saúde e sub câmaras de vigilância sanitária, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância ambiental e vigilância epidemiológica, e fortalecer as existentes.	03		Estadual	Aprovada
22. Manter o repasse financeiro nominal em vigilância em saúde.	03		Nacional	Aprovada
23. Implementar a vigilância em saúde ambiental em todos os municípios.	03		Nacional	Aprovada
24. Mudar a fiscalização sobre a estrutura dos estabelecimentos municipais de saúde e ensino, que esse passe a ser feita por órgãos	03		Estadual	Aprovada

estaduais para eliminar o conflito de interesses nesta questão.				
25. Intensificar a fiscalização e auditoria para maior e melhor desempenho dos serviços públicos e conveniados.	03		Nacional	Aprovada
26. Propor ao Ministério da Saúde que as ações (campanhas e protocolos) sejam voltadas para atender as necessidades locais de cada região.	04		Nacional	Aprovada
27. Garantir que os repasses dos recursos financeiros, advindos do Governo Federal, continuem sendo vinculados aos programas de Vigilância em Saúde já existentes.	04	Garantir que os repasses dos recursos financeiros, advindos do Governo Federal, continuem sendo vinculados aos programas de Vigilância em Saúde.	Nacional	Aprovada com correção
28. Implantação de um sistema integrado de informações em Vigilância em Saúde; visando o acesso ao diagnóstico e multiplicação aos demais setores de atenção à saúde. Obs: a alimentação da base de dados poderá ser de responsabilidade do município, através dos profissionais da rede e do Agente Comunitário de Saúde.	01		Nacional Estadual Municipal	Suprimida
29. Integrar as bases de dados em um sistema unificado, interligando as informações do usuário para vigilância em saúde.	03		Nacional	Aprovada
30. Criar um sistema de informação que integre a vigilância em saúde e a atenção básica de forma que haja um aviso da notificação automática no sistema quando for inserido um CID de doença a ser notificada.	03		Nacional	Aprovada

31. Integrar os sistemas de informação, também intersetorialmente, permitindo estudar indicadores, em tempo hábil, que leve ao planejamento responsável inclusive orçamentário de prevenção, promoção e transformações necessárias nos territórios.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
32. Coletar informações por meio de um diagnóstico situacional de Vigilância em Saúde, dentro do território de abrangência, para elaborar planejamento local.	04		Municipal	Aprovada
33. Melhoria dos fluxos de liberação dos recursos dos serviços de Vigilância em Saúde.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
34. Atualização da tabela SUS, tanto no financiamento como nos procedimentos, acompanhando os avanços tecnológicos.	01		Nacional Estadual	Aprovada

Subeixo 3
Saberes, Práticas, Processos de Trabalhos e Tecnologias na Vigilância em Saúde

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
35. Fortalecer a intersetorialidade na saúde para promoção do autocuidado apoiado, e utilização do SISVAN como sistema de apoio epidemiológico de nutrição.	01		Estadual	Aprovada
36. Programação para capacitação dos profissionais de vigilância em Saúde durante sua vida profissional, para que haja uma formação cronológica, onde todos possam ter acesso, efetivando-se a Política de Educação Permanente em Vigilância em Saúde.	01		Estadual	Aprovada
37. Inserir na grade curricular dos cursos de saúde humana e animal, engenharia, arquitetura, direito, ciências contábeis, disciplinas relativas à Vigilância em Saúde e legislação sanitária.	01		Nacional Estadual	Aprovada
38. Criação de programas e parcerias com EPAGRI, CIDASC e órgãos públicos municipais para capacitação de núcleos de produtores para o controle de vetores e seus agravos.	01		Estadual	Aprovada
39. Incentivo à criação e ampliação de hortas comunitárias e programas de qualificação da comunidade.	01		Nacional Estadual Municipal	Suprimida

40. Vencer a fragmentação por meio da transversalidade trabalhando de forma articulada e monitoramento regional dos indicadores promovendo maior integração e coordenação dos sistemas efetivando as políticas públicas	02		Estadual Municipal	Aprovada
41. Incrementar o acesso em rede com qualidade e quantidade trabalhando de forma integral os serviços prestados a população nas dimensões de interdependência que compreendem disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento, e informação gerando bem estar e qualidade de vida	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
42. Atuar nos territórios cotidianamente inserida em todos os níveis de atenção em saúde, em rede de forma horizontal e vertical em busca de modelos alternativos	02		Estadual Municipal	Aprovada
43. Criar o núcleo de educação permanente de vigilância em saúde perpassando todas as redes e serviços	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
44. Descentralizar e garantir os insumos para a realização dos exames em tempo oportuno, criando uma estrutura hierarquizada com graus de complexidade distintas e incorporar tecnologias inovadoras na área de diagnostico incentivando a pesquisa inclusive territorial	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
45. Implantar centros microrregionais de zoonose e fortalecer os que existem, para melhorar o conhecimento e avaliação das situações de riscos dos vetores junto á população, intensificando assim ações de monitoramento e aplicação de penalidades a criadores informais de comercialização de animais, atividade esta em conjunto com a	03		Estadual	Aprovada original

vigilância ambiental.				
46. Garantir a efetivação dos serviços desenvolvidos pelo Estado quanto à análise laboratorial e retornos dos resultados conforme protocolos locais.	03		Estadual	Aprovada
47. Inserir disciplinas relativas à vigilância em saúde na grade curricular dos cursos técnicos e de graduação das áreas de Saúde, Engenharia, Arquitetura, Direito e Ciências contábeis para que os profissionais destas áreas tenham o conhecimento sobre legislação sanitária e políticas públicas em saúde.	03		Nacional	Suprimida
48. Ampliar, fortalecer e incluir na grade curricular de promoção em saúde e educação ambiental e pactuação com a Secretaria da Educação.	04	D 1 Ampliar, fortalecer e incluir na grade curricular da vigilância em saúde e pactuação com a Secretaria da Educação. D 2 Ampliar, fortalecer e incluir na grade curricular do ensino fundamental a vigilância em saúde em pactuação com a Secretaria da Educação.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque 2
49. Fomentar a intersetorialidade na vigilância em saúde para deliberação de planejamento estratégico em ações educativas que envolvam a comunidade desenvolvendo atividades do território sanitário em ações com os conselhos locais e municipais de saúde. Aproximar os agentes de combate a endemias e os ACS para atuar	03	Fomentar a intersetorialidade na vigilância em saúde para deliberação de planejamento estratégico em ações educativas que envolvam a comunidade	Estadual Municipal	Aprovada com correção

<p>junto com as unidades de saúde básica, elaborar um plano de ação com a equipe dentro do território sanitário, nas quais já estão vinculados ao CNES.</p>		<p>desenvolvendo atividades do território sanitário em ações com os conselhos locais e municipais de saúde. Aproximar os agentes de combate a endemias e os ACS para atuar junto com as unidades básicas de saúde, elaborar um plano de ação com a equipe dentro do território sanitário, nas quais já estão vinculados ao CNES.</p>		
<p>50. Criar grupos de trabalho para prevenção relacionada a transtornos psicológicos decorrentes do trabalho em profissionais da saúde e da educação pública e privada.</p>	03		Nacional	Aprovada
<p>51. Instituir, informar e vincular a obrigatoriedade da vacinação dos usuários para o recebimento dos benefícios governamentais e ingresso em instituições de ensino.</p>	04		Nacional	Aprovada
<p>52. Ampliar a capacidade técnica das equipes em Vigilância em Saúde, garantindo o processo de educação permanente aos facilitadores, sejam eles sociais ou profissionais, nas divulgações dos conhecimentos.</p>	04		Estadual Municipal	Aprovada
<p>53. Fazer ação comunitária em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Meio Ambiente para promover a limpeza de territórios, com orientação aos proprietários para não haver</p>	04	<p>D 1 Fazer ação comunitária em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Meio</p>	Estadual Municipal	Aprovado com correção (destaque 1)

reincidência.		Ambiente para promover a limpeza de territórios, com orientação aos proprietários e aplicação de penalidades para não haver reincidência. D 2 Supressão		
54. Autorizar o agente de endemias a notificar o estabelecimento ou individuo em qualquer caso de irregularidade, tornando assim os resultados mais eficazes (poder de policia).	04	Manutenção texto original Supressão	Estadual Municipal	Suprimida
55. Atualizar o Código Sanitário Estadual.	04	D 1 Manutenção texto original D 2 Supressão D 3 Atualização contínua do Código Sanitário Estadual.	Estadual	Aprovada com correção (destaque 3)

Subeixo 4**Vigilância em Saúde Participativa e Democrática para Enfrentamento das Iniquidades Sociais em Saúde**

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
56. Ampliar a participação popular e fomentar a corresponsabilidade do usuário com base na lei 8080/90, art. 2º parágrafo 2º.	01	Manutenção do Texto Supressão	Nacional Estadual Municipal	Suprimida
57. Ampliar a participação popular e fomentar a corresponsabilidade do usuário, com base na lei 8080/90 art.2º parágrafo 2º.	03		Nacional	Aprovada
58. Intensificar ações de promoção à saúde nas escolas e espaços públicos, voltadas à conscientização do consumo em excesso de açúcares, sal, gorduras, agrotóxicos, etc.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
59. Implementar a Saúde Bucal dentro da Estratégia de Saúde da Família	01	1. Manutenção do Texto 2. Supressão	Nacional Estadual Municipal	Aprovada (destaque 1)
60. Divulgar as ações e/ou capacitar os Conselhos Municipais da saúde, Conselhos locais da saúde e outros setores públicos e privados em relação à vigilância em saúde.	03		Nacional	Aprovada
61. Ampliação do financiamento do SUS em todas as esferas de governo para atendimento da necessidade municipal com participação dos conselhos municipais de saúde, com princípio	03	Manutenção da abrangência Alteração da abrangência	Nacional Estadual	Aprovada (destaque 2)

de transparência.				
62. Garantir o acesso facilitado às informações relacionadas à vigilância em saúde em tempo real, através de site, mídias e redes sociais, de forma a torná-la mais clara, acessível, eficiente.	03		Nacional	Aprovada
63. Ampliar e fortalecer as redes de comunicação e educação, em parceria com a comunidade, simplificando o repasse de informações de forma a conscientizar a população.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
64. Usar os grupos comunitários e lideranças para melhor articular e intensificar as ações de vigilância em Saúde através de mutirões, disseminar as informações de forma coletiva.	04		Municipal	Aprovada
65. Sensibilizar a comunidade para a importância de se implantar efetivamente os Conselhos Locais de Saúde através do Conselho Municipal de Saúde.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
66. Integração entre sistemas de informação na saúde visando à implementação de políticas públicas intersetoriais, com divulgação dos dados através do Conselho Municipal de Saúde e meios eletrônicos disponíveis.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
67. Sensibilizar a população na participação de ações de vigilância em saúde. (vídeos em salas de espera...)	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

68. Viabilizar recursos financeiros para o segmento de usuários participar das conferências e cursos (tudo o que for promovido pelo SUS)	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
69. Incentivar e mobilizar a população para participar de ações (audiências, assembleias e conferências) a fim de promover o bem-estar social da comunidade e proteção ao meio ambiente.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada